

Capital Petróleo

Luís Eduardo Duque Dutra

Capital Petróleo
*A saga da indústria entre
guerras, crises e ciclos*

Garamond

Copyright © Luís Eduardo Duque Dutra, 2019

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Cândido de Oliveira, 43

CEP 20261-115 – Rio de Janeiro – Brasil

Telefax: (21) 2504-9211

e-mail: editora@garamond.com.br

website: www.garamond.com.br

Revisão Alberto Almeida

Projeto gráfico e capa Estúdio Garamond

Sobre *Le Cube Orange*, disponível em https://live.staticflickr.com/8112/8550596373_4bb3e405f1_b.jpg, sob licença Creative Commons “Atribuição”.

Patrocínio



Apoio



CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D974c

Dutra, Luís Eduardo Duque

Capital petróleo: a saga da indústria entre guerras, crises e ciclos / Luís Eduardo Duque Dutra. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2019.

448 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576174776

1. Petróleo - História. 2. Indústria petrolífera - História. I. Título.

CDD: 333.8232

CDU: 330.123.7

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Introdução

Talvez seja pretensão fazer ciência a partir de fontes secundárias, especialmente quando a ciência é a História. Ao menos, este estudo se atém apenas à história econômica, o objeto pesquisado é uma só mercadoria e não está apoiado em qualquer fonte original. Nem o ponto de partida é inovador: a contribuição do petróleo à riqueza de uns e à miséria de outros. A dimensão da pesquisa está limitada à noção de valor, de como ele é gerado e distribuído, e faz-se uso de teorias e conceitos consolidados nas ciências sociais.

Não se pretende introduzir novos métodos nem desenvolver novas abordagens na interpretação dos fatos. A análise está apoiada nos ensinamentos de grandes pensadores da economia política do século XIX e da ciência econômica do século XX. Há preocupação em citar o autor, detalhar o contexto de criação de cada conceito e o aprimoramento que aporta à interpretação. Ricardo e Marx são recorrentes, assim como Keynes e Kaleck, ou ainda Coase e Bain. Schumpeter, Braudel, Gilles e Hobsbawn são menos citados, a despeito de fornecerem os fundamentos da história econômica.

O objetivo é entender o papel que assumiu este recurso natural de origem fóssil – como será visto, preponderante – em um sistema de produção capitalista que até hoje superou todas as crises sem jamais solucionar suas contradições. A pretensão maior talvez seja ideológica. A contribuição marxista, explicitada de imediato, perpassa todos os capítulos, mas não é única. Longe disso, sempre que se fazem necessárias, noções de diferentes escolas são recordadas. A economia política de Ricardo e a macroeconomia de Keynes estão sempre presentes, a microeconomia marshalliana e a neoinstitucionalista ocupam papel central; é a riqueza de uma ciência construída com base em ideologias e não paradigmas.

Seria também pretensioso escrever uma “história heterodoxa do petróleo”, embora a intenção sempre fora ressaltar a perspectiva econômica em dois aspectos: a dinâmica particular da reprodução ampliada do capital petrolífero e a sua relação com a dinâmica cíclica do capitalismo. O que se

propõe é uma visão alternativa, uma vez que não são poucas as boas obras que tratam do assunto. Neste livro, a base teórica é heterodoxa, o objeto de estudo é visto da periferia, é inserida a inovação na dinâmica de reprodução ampliada do capital e são acentuados os aspectos organizacionais daquela que ainda se posiciona entre as maiores indústrias no mundo.

A economia contemporânea herdou da economia política clássica a construção de modelos. A partir de poucos atores, alguns agregados, ou classes sociais, esses modelos procuram entender a realidade. Simplificam as relações, excluem do escopo da análise algumas variáveis e generalizam o comportamento dos sujeitos, às vezes de forma até grotesca. Apesar disso, essas abstrações se constituem na pedra angular do conhecimento econômico. O interesse reside no entendimento dos mecanismos que regem a dinâmica por trás dos fatos. Os modelos ajudam a explicar os movimentos estruturais que ocorrem numa camada distinta do cotidiano.

As estruturas sobre as quais se ergue a realidade são duradouras, podem atravessar séculos, porque só se deterioram lentamente. Capazes de se manterem, elas conservam a essência ao se renovarem quando necessário. Daí a importância da história para a teoria econômica, seu campo de prova predileto. Daí a contribuição da economia à visão histórica, ao propor modelos de análise e objetos de investigação muitas vezes registrados ao longo de décadas e em números.

Diante da velocidade da informação digitalizada, da aceleração do passo da ciência, da aparente volatilidade crescente dos mercados e das incontáveis disfunções conjunturais, escavar a profundidade da história exige rigor no método, precisão nos conceitos e coerência nos modelos. O presente sempre parece mais confuso, urgente e interessante. Por isso, é preciso paciência e concentração para se isolar da histriônica realidade que nos abraça e quase sufoca.

O estudo sempre pede sacrifício, atenção e dedicação. O alicerce proporcionado pelos grandes pensadores atende às exigências científicas mencionadas e, assim, permite ultrapassar com segurança o véu que encobre os fatos e revela o sentido do movimento. A identificação de padrões históricos, de regularidades econômicas, de contradições no comportamento e novos condicionantes se beneficia da simplicidade, abstrata e objetiva, que a teoria econômica tanto persegue.

O uso recorrente dos modelos básicos, em sua forma original, tem também propósito didático. Para aqueles que descobrem a economia como ciência social, ajuda a aproximá-los de um conhecimento que não se apoia em verdades absolutas, mas também não oferece espaço para o relativismo. A primeira das ciências sociais a se beneficiar do avanço da matemática, estatística e probabilidade, dois séculos depois permanece incapaz de prever, a despeito da importância, o preço do dólar ou do óleo bruto. A pouca confiança nos resultados se estende por todos os ramos dos estudos sociais e merece a atenção de engenheiros, geólogos, geofísicos, físicos e químicos.

Não existem paradigmas, como as três leis de Newton e o cálculo, que proporcionaram uma única e inquestionável base sobre a qual se apoiou o esforço de pesquisa até as descobertas de Einstein. Nas ciências sociais, a construção do saber é diferente, os modelos funcionam de maneira bem distinta, quase o inverso. A partir de “tipos ideais”, na denominação de Weber, esses modelos não descrevem, ordenam os fatos. A realidade social difere da teoria e o modelo se constitui numa obra inteiramente abstrata, um sistema conceitual afastado da realidade, uma representação que, simplesmente, não existe.

Para um pesquisador das ciências “duras” pode parecer absurdo à primeira vista, mas, de fato, nas ciências “moles” a realidade é que se conforma (pelo menos em parte) ao modelo. O contrário seria negar sua validade. Os economistas neoinstitucionalistas encontraram, no final do século XX, uma boa fórmula para tratar o problema: identificar e corrigir as “falhas” do mercado; ou seja, o que não funciona conforme o modelo.

Recordar os esquemas analíticos de Smith, Ricardo, Marx, Marshall, Keynes, Coase, Kaleck, Schumpeter e Akerloff traz a riqueza da contribuição de distintas ideologias ao avanço do conhecimento para aqueles não versados na história do pensamento e que, por isso, podem ter preconceitos em relação a uma ou outra escola. Mas, também, recordá-los permite fazer um alerta sobre o referido afastamento entre modelo e realidade e que nada tem a ver com ideologia.

Esta introdução é o espaço que cabe para chamar a atenção sobre a complexidade crescente dos modelos. O uso intensivo da econometria, do tratamento estatístico, dos cenários probabilísticos, de árvores de decisão, de séries estocásticas e de redes neurais abrem fronteiras, não somente quando seus resultados resistem à prova dos fatos, mas, sobretudo, quando se apoiam em conceitos básicos e precisos, em teorias robustas e claras.

Com tantos ruídos a serem eliminados e critérios considerados, o perigo é perder-se numa hermenêutica sofisticada, encastelada e cada vez mais autônoma. Não é diferente na história, na sociologia, na ciência política, ou na antropologia e, assim, neste estudo parte-se do princípio de que o avanço da análise se reforça a cada vez que ela é submetida à prova dos grandes economistas do passado. Recorre-se a eles, como também aos clássicos nas ciências afins, para fixar as noções elementares, e isso apesar dos desafios da interdisciplinaridade.

A definição de Estado passa por Maquiavel e a política como a conquista e conservação do poder. Cabe estudar os mecanismos pelos quais ela se expressa, ou como o poder político – o comando do Estado – se transforma na institucionalização da força. Sua reflexão é conhecida: a lei rege os homens, enquanto a força é o instrumento das bestas; ocorre que, quando a primeira não funciona, só resta o uso da segunda. O conceito tem papel central na compreensão do poder econômico do capital petrolífero nos tempos dos antigos impérios, das extintas e das atuais potências hegemônicas.

Não há dúvida que de a conduta do político, de perseguir o poder, e a conduta da empresa, de perseguir o lucro, são comportamentos próximos, quase análogos. Contudo, aqui também interessa a emergência do totalitarismo e o uso da força desmedida e irracional decorrente da aliança entre políticos e empresas petroleiras. Arendt menciona o monopólio ideológico, a militarização, a confusão entre público e indivíduo, o poder imposto pelo terror, o culto à liderança mística para caracterizar a natureza totalitária do nazismo e fascismo. Infelizmente, a experiência se repetiu na periferia do mundo durante a segunda metade do século passado e, muitas vezes, dela o petróleo se aproveitou, quando não a financiou.

A arte de escrever a história como ciência que nos liberta de prejulgamentos ao desvendar outros mundos, que permite entender o presente a partir do escrutínio de experiências passadas, por nós não vividas mas acumuladas por séculos, coloca-se como mister ao historiógrafo. Contudo, existe uma abordagem filosófica da ciência que está além do escopo deste estudo. Portanto, ele não busca revelar uma lei geral, ou a essência imutável de Schopenhauer.

A abordagem também se permite, suma pretensão, desviar-se parcialmente de Heródoto no que toca à brilhante síntese *Eadem, sed aliter*; ou “sempre o mesmo, mas diferentemente”. Para compensar, como ele ensinou,

assume-se que a história se revela brutal, porque movida pelas piores paixões: ambição, orgulho, inveja, cobiça... Aqui, o sentimento moral por trás dos fatos também é negativo: a ganância, que dirige a conduta do capital, e o egoísmo, que dirige a conduta dos indivíduos, segundo Smith.

A história impõem escolhas, e este estudo optou pela dinâmica, pelo reconhecimento das contradições, de padrões que não são absolutos, nem eternos. O interesse, como já foi dito, é pelo movimento, pelas transformações, e não se pretende tirar lições da história. Por não se repetir e não se desenrolar linearmente, ela é incapaz de prever o futuro. Historiadores profissionais aprenderam o que alguns economistas teimam em ignorar – a realidade surpreende. A razão tem a ver com a imprevisibilidade da ira dos deuses, para os gregos, ou do imponderável da natureza no curso de grandes mudanças climáticas, para nós.

Ler história é apreender e se entreter. Nenhuma outra ciência permite viajar no tempo e no espaço, reconhecer semelhanças e identificar as diferenças na humanidade. Estudar economia, por sua vez, pode ser enfadonho e maçante, porque exige elevado grau de abstração no exercício do modelo, no aprendizado da teoria e dos esquemas de análise. Até mesmo o objeto central da ciência – o valor – é uma completa abstração que, no entanto, se realiza em riqueza e explica a pobreza.

Ao menos, a história econômica proposta tenta se aproximar do prazer que desperta conhecer o passado e diferentes culturas. De cunho acadêmico e pedagógico, este estudo procura interessar o leitor, ao desvendar por etapas o desenrolar da trama, sempre solidamente apoiado na teoria econômica, explicada de maneira clara para o bom entendimento dos não especialistas.

A extensão temporal e espacial da análise, que abarca quase dois séculos e sobrevoa quase todos os cantos do mundo, foi o maior desafio e justifica as quase quinhentas páginas. Respeitada a cronologia dos fatos, cabia trazer à tona, período por período, as transformações, as regularidades e a conjunção de fatores condicionantes. Apesar da evidente continuidade, é possível distinguir etapas e, em detalhe, analisar como se comportam e se relacionam o capital petrolífero, os Estados hospedeiros, as universidades, os trabalhadores da indústria, as famílias consumidoras, tudo dentro de condições historicamente circunscritas.

Por isso, dividiu-se o estudo em sete partes que correspondem a uma periodização naturalmente arbitrária (como já foi dito, a história é escolha)

mas estreitamente relacionada a saltos, rupturas ou mudanças significativas de origem intrínseca à indústria do petróleo (endógena ao modelo) ou extrínseca (exógena). Embora exista a preocupação com a sequência da narrativa, é possível ler as sete partes fora da ordem. Quanto aos conceitos, eles são repisados em todas as oportunidades e muitas notas de pé de página são a eles dedicadas. Quanto à linha narrativa, ela está sempre presente em qualquer das partes, de forma a inseri-las no todo.

O enorme número de páginas não deve intimidar os leitores que não são economistas nem historiadores. Em especial, os engenheiros, geólogos e geofísicos encontrarão uma revisão da ciência aplicada e da tecnologia em suas profissões que, por experiência, como professor na Escola de Química e, no passado, na Escola Politécnica e na Coppe, sei que geralmente não é ensinada nas universidades brasileiras. É pena, porque a nobre função de conceber os meios técnicos para a produção de todas as mercadorias que nos cercam perde, ao mesmo tempo, a dimensão social e política em claro prejuízo da ética.

Por fim, de volta à base teórica e à abordagem metodológica, supõe-se que, a partir da economia política, da macro e da microeconomia, e da organização industrial, é possível obter uma clara compreensão dos “mercados” (outra abstração), mesmo daqueles mais particulares, como o petróleo. Supõe-se também que, a partir do estudo da formação e distribuição do “excedente” petrolífero, é possível entender não somente o seu papel como fonte energética, mas também sua transformação industrial e relação com as finanças; expressões maiores da capacidade do capital de se renovar e se reorganizar, de forma a superar as crises e ampliar incessantemente seu alcance.

Depois da Revolução Soviética, em 1917, e da Revolução Mexicana, que a essa altura já estava em curso, a luta pela extraordinária renda gerada pelo petróleo tomou rumos peculiares, muito além da simples “quebra” de contratos. Confundiu-se com as conquistas militares e a afirmação da soberania, foi objeto de uma longa disputa entre Estado e capital, na qual o ganho do primeiro não se fez em detrimento do segundo. Não é difícil deduzir quem perdeu então: os consumidores, ou todo resto do mundo. E tanto poder advém somente de dois fenômenos: a propriedade da reserva e a apropriação da renda gerada por ela. Definitivamente, não se trata de uma mercadoria qualquer.

Três próximos contribuíram decisivamente para o resultado final: Luiz Pinguelli Rosa, Haroldo Rodrigues Lima e Waldir Luiz Gallo. Ao primeiro, devo o acolhimento que sempre tive na Coppe/UFRJ, ao segundo, a retomada dos estudos marxistas, e ao terceiro, a convivência repleta de aprendizado durante os anos em que se elaborou o texto.

